A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

HELOÍZA MARTINS DE SOUSA

RESUMO
A Educação Especial desempenha um papel fundamental na inclusão e no desenvolvimento de indivíduos com necessidades especiais, e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que demanda atenção especial nesse contexto. O TEA é caracterizado por desafios na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Cada indivíduo no espectro autista é único, com suas próprias habilidades e desafios. Portanto, é essencial que a abordagem educacional seja personalizada, levando em consideração as necessidades específicas de cada aluno. Professores e profissionais da área da Educação Especial desempenham um papel crucial no apoio a crianças e jovens com TEA. Eles devem estar bem-preparados para adotar estratégias pedagógicas adequadas, que estimulem o aprendizado e o desenvolvimento desses estudantes, respeitando suas diferenças individuais. Além disso, a colaboração entre escola, família e terapeutas é fundamental para garantir um ambiente de apoio e compreensão para os alunos com TEA. A troca de informações e a criação de um plano educacional individualizado são práticas essenciais para promover o progresso e o bem-estar desses estudantes. É importante ressaltar que a inclusão de pessoas com TEA na sociedade começa na escola. Uma educação inclusiva, que valorize a diversidade e promova a aceitação, é essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, a Educação Especial desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no desenvolvimento de indivíduos com TEA. Com a implementação de práticas educacionais inclusivas e personalizadas, é possível proporcionar oportunidades de aprendizado e crescimento para todos, independentemente de suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Diferenças; Inclusão; TEA.

INTRODUÇÃO

A educação especial atualmente no mundo passa por uma transformação significativa, impulsionada pela busca por inclusão e igualdade de oportunidades para todos os alunos. Cada vez mais, a sociedade reconhece a importância de oferecer um ambiente educacional que atenda às necessidades individuais de cada estudante, independentemente de suas diferenças.

Nesse cenário, as abordagens pedagógicas estão evoluindo para garantir que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a recursos e suportes adequados para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Professores e instituições educacionais estão se capacitando e se adaptando para proporcionar um ensino mais inclusivo e diversificado, que respeite a singularidade de cada estudante.

Além disso, avanços tecnológicos têm desempenhado um papel fundamental na educação especial, oferecendo ferramentas e recursos inovadores que ajudam a superar barreiras e aprimorar o aprendizado. A tecnologia assistiva, por exemplo, tem possibilitado maior autonomia e acesso ao conhecimento para alunos com deficiências, contribuindo para sua integração e sucesso acadêmico.

No entanto, apesar dos progressos realizados, ainda existem desafios a serem enfrentados no campo da educação especial. A falta de investimento, a escassez de profissionais capacitados e as barreiras sociais e culturais continuam sendo obstáculos a serem superados. É fundamental que a sociedade como um todo se engaje na promoção de uma educação inclusiva e acessível, que reconheça e valorize a diversidade de habilidades e potenciais de cada indivíduo.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Certamente, os genitores de filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) usualmente experimentam, em um primeiro momento, a alegria imensa de ter um filho que, à primeira vista, parece desenvolver-se como qualquer outro. Contudo, em alguma fase do crescimento, geralmente após o primeiro ano, começam a surgir certos comportamentos que confundem os pais, sinais

que geram inquietação e que se intensificam com o passar do tempo. A recusa ao contato afetivo, a falta de reação a instruções verbais ou brincadeiras repetitivas são elementos que provocam um impacto profundo. Frequentemente, diante desses indicativos, os pais buscam por respostas junto a especialistas, principalmente pediatras, sem sucesso.

A ausência de alterações físicas óbvias na maioria das crianças com autismo dificulta a identificação do problema. O autismo muitas vezes frustra a primeira percepção de emoções intensas que surgem da preparação biológica para a reprodução (Rivière, 1997a). "A existência das pessoas com autismo é bastante complexa, pois a sua limitação não é visível à primeira vista e é de difícil compreensão" (Stanton, 2002, p.17).

Apresentar traços físicos normais, juntamente com a possibilidade de ter níveis de oleosidade elevados em algumas áreas do desenvolvimento, gera grandes incertezas nos pais, levando-os a questionar se o seu filho pode ter algum problema, ainda que não seja um distúrbio grave e irreversível como o autismo.

Somado a isso, os profissionais muitas vezes respondem às preocupações dos pais, tranquilizando-os e assegurando que o filho não enfrenta nenhum problema, encorajando-os a agir como pais convencionais e a não analisar o desenvolvimento do filho de forma negativa. Compreendemos a extensa incerteza que essas famílias atravessam. Esperança e desespero coexistem, gerando um impacto doloroso em quem observa uma criança com aparência típica.

A sensibilização em relação ao autismo é particularmente desafiadora, pois envolve uma condição associada a uma certa ambiguidade, incluindo a grande variação no prognóstico, a ausência de marcadores biológicos e a dificuldade dos pais em detectar sutis sintomas como esses que caracterizam o autismo em suas fases iniciais, devido à ampla gama de manifestações. O autismo não é uma desordem uniforme, nem claramente definida, e sua apresentação varia em um espectro de menos a mais afetado. Evolui ao longo do tempo, sendo influenciado por fatores como o nível de capacidade intelectual associada ao acesso a apoio especializado.

É possível que, no autismo e em outros distúrbios do espectro autista, os primeiros indícios tenham sido negligenciados, embora, em retrospectiva, tenham sido interpretados de maneira semelhante. "Em minha visão, um dos aspectos mais dolorosos do autismo infantil é que, para os pais, o processo de perceber que algo está errado com o seu filho é bastante demorado" (Werner, Dawson, Osterling, Dinno, 2000).

Se por muito tempo eles são impedidos de perceber ou são deliberadamente cegos para isso, será extremamente desafiador superar essa falta de visão; será crucial ajudá-los a enxergar a realidade e, acima de tudo, a enfrentar essa situação.

O ambiente escolar muitas vezes suscita questionamentos sobre a igualdade ou diferença entre os alunos matriculados nas salas de aula, especificamente sobre se todos devem aprender da mesma maneira e, consequentemente, utilizar uma única metodologia de ensino-aprendizagem padronizada para todos.

O primeiro passo fundamental para implementar a inclusão de forma eficaz é aprimorar a formação dos professores. Os programas de capacitação para professores regulares e de educação especial normalmente coexistem nas faculdades de educação, porém raramente são ministrados em conjunto por professores de ambas as áreas. Esses programas devem começar a quebrar essas barreiras e integrar a instrução, seguindo a tendência das escolas públicas. As disciplinas devem abranger uma diversidade de estratégias de ensino planejadas para atender às necessidades e habilidades dos alunos com os quais esses futuros professores irão trabalhar. Em suma, o ambiente universitário deve refletir as salas de aula que os professores irão liderar no futuro.

Crianças e jovens no espectro do autismo frequentemente necessitam de rotinas para compreender o mundo ao seu redor. Isso implica que eles podem achar desafiadores os horários não estruturados, como o período de almoço e o intervalo.

Esses alunos muitas vezes precisam de mais tempo para processar informações e podem enfrentar dificuldades em interações sociais e de comunicação. Muitos desejam

construir amizades, mas encontram dificuldades devido à falta das habilidades sociais convencionais. Infelizmente, eles são alvo frequente de intimidação, pois seus colegas podem não ter consciência ou aceitação do autismo.

A SALA DE AULA E SEUS DESAFIOS

Se observarmos atentamente qualquer sala de aula, logo perceberemos que fisicamente existem notáveis diferenças entre os alunos presentes. Há características físicas distintas que nos diferenciam e nos tornam únicos como indivíduos. Após essa primeira análise visual na sala de aula, surge a pergunta: todos os nossos alunos são iguais? Não, os alunos são diversos entre si, e é aí que a importância da 'diversidade' se destaca. A diversidade implica um conjunto de elementos distintos, referindo-se à existência de diferenças e singularidades.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um tipo de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) englobam transtornos que compartilham o comprometimento das funções de desenvolvimento. Este conceito mais recente foi possível devido aos avanços metodológicos nos estudos e à superação dos primeiros modelos explicativos sobre o autismo (BELISARIO E CUNHA, 2010, p. 8).

Com alunos diversos em salas de aula desde a educação infantil, cada um com características próprias, potenciais e necessidades de aprendizagem distintas, é crucial repensar os métodos de ensino-aprendizagem. A escola precisa evoluir em paralelo com a sociedade, que avança rapidamente, para garantir que os métodos educacionais não fiquem estagnados em abordagens do passado.

A inclusão e a participação são fundamentais para a dignidade humana e para o exercício dos direitos humanos, refletindo-se na educação por meio do desenvolvimento de estratégias que buscam criar oportunidades equitativas. A integração de crianças com necessidades especiais é mais eficaz em escolas inclusivas que atendem a toda a comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 61).

A inclusão não se limita ao ambiente escolar, pois uma escola inclusiva não pode existir em uma sociedade excludente (RODRIGUES, 2003).

É essencial que escolas, professores, políticos e pais questionem a uniformidade organizacional e os paradigmas educacionais frente à realidade atual, marcada por uma população estudantil diversificada, acesso à informação, demanda por conhecimento como bem social e requisitos da sociedade global (ALARCÃO, 2003, p. 88).

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista está cada vez mais presente na educação infantil. A colaboração entre família e escola é fundamental para proporcionar um acompanhamento adequado que contribua para o desenvolvimento integral do aluno com autismo

Quanto mais cedo for iniciado um tratamento adequado para uma criança diagnosticada com autismo, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento, considerando as principais dificuldades associadas ao autismo, como estabelecer relações sociais, comunicação verbal e não verbal, desenvolvimento do jogo simbólico, imaginação e adaptação a mudanças de rotina (APPDA, 2000).

Um muro demasiado alto e muito difícil de transpor. Um muro de palavras e silêncios, de gestos e expressões, de sons e de cheiros, de imagens e de toques, de intenções e de códigos. Um muro que dá para um mundo que eles não compreendem, mas no qual estão inseridos e do qual fogem, sempre que possível, para o deles, o interior. Eles são as crianças com autismo. Cada um vive o seu mundo. Nós fazemos os possíveis para entrar no seu mundo, descobrir o que faz deles diferentes, saber porque nascem assim, qual a melhor forma de lidar com eles o que muda ao longo dos anos, enfim, entender como devemos deixá-los viver e crescer felizes (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006)

Os autistas não se sentem bem ao conviver em grupo e por isso é fundamental que

ocorra um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que auxilie no processo do convívio social.
É por meio da linguagem que o indivíduo realiza sua interação social e cultural, avançando em seu desenvolvimento social e definindo sua própria identidade. Todavia, é na linguagem e, portanto, na comunicação, que se concentra uma das dificuldades para as pessoas com autismo, uma vez que poucos desenvolvem habilidades para a conversação, embora muitas desenvolvam habilidades verbais e grande parte consiga desenvolver somente habilidades não verbais de comunicação. (ORRÚ, 2012, p.185).

Para um diagnóstico clínico preciso do Autismo, a criança deve ser extremamente examinada, tanto fisicamente quanto psico-neurologicamente. A avaliação deve incluir entrevistas com a família, observação e exame psico-mental e, algumas vezes, de exames complementares para doenças genéticas e ou hereditárias.

BAIXA VISÃO E CEGUEIRA
De acordo com as normas nacionais referentes à Educação Especial e Integrada no Brasil (Brasil, 2008, p. 15), os estudantes abrangidos pelo Ensino Especial englobam "[...] indivíduos com limitações, distúrbios amplos de desenvolvimento e habilidades/ brilhantismo notáveis". Além disso, o suporte é direcionado a cenários que envolvem estudantes com problemas de leitura ou déficits de atenção.
O início da Educação Especial no Brasil remonta à criação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos em 1854. Segundo Fialho (1978), a instituição foi fundada por José Alvarez de Azevedo, o primeiro educador cego do Brasil, com a aprovação do Imperador Dom Pedro II, sob a intermediação do médico José Francisco Xavier Sigaud, pai de Adélia Sigaud, aluna de Alvarez de Azevedo. Impresso pelas realizações de Adélia ao adotar o sistema Braille, o médico facilitou um encontro entre o professor e o Imperador. Conforme Kassar (2011), apesar das primeiras ações inclusivas no Brasil, apenas nas últimas décadas a luta pela educação universal ganhou força, partindo do princípio de que o Instituto Nacional dos Jovens Cegos atendia a uma parcela restrita da população e as práticas inclusivas diferiam daquelas definidas na legislação atual do país.
A batalha por uma sociedade equitativa, por um mundo onde todos possam usufruir da liberdade de expressão e crença, vivendo sem receios ou privações, baseando-se no respeito à dignidade de todos os indivíduos e na igualdade de direitos fundamentais, levou à elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento simboliza um movimento global do qual o Brasil é parte integrante.
Discutir a educação inclusiva implica em transformar uma sociedade excludente, promovendo a participação de todos os segmentos sem distinção de status econômico, sociocultural, étnico, de gênero ou político. Para construir essa nova sociedade, é fundamental o envolvimento de cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação, que pode ser uma ferramenta para promover a igualdade e justiça social, não apenas no sistema educacional, mas também na comunidade em geral. (FACION, 2008, p. 55).

As transformações na orientação econômica vêm impactando a esfera educacional de forma significativa. Essas mudanças incluem reduções nos investimentos e a promoção de uma suposta igualdade, concedendo bolsas de estudo a estudantes considerados "excepcionais" provenientes de contextos menos favorecidos. Paralelamente, os recursos destinados ao Ministério da Educação Pública e às instituições de ensino superior públicas sofrem cortes. Há uma clara preferência pelo crescimento do setor privado em todos os níveis, ao passo que o acesso dos jovens ao ensino superior é restringido por meio de testes de admissão, excluindo assim os menos privilegiados que frequentam escolas públicas.
Estas medidas, apesar de oferecerem bolsas, acabam por perpetuar a marginalização social e a exclusão de grupos minoritários. As políticas voltadas para meninos e meninas com necessidades especiais estão em constante evolução, transitando de um modelo de escola integrada para os primeiros passos de uma escola inclusiva. Contudo, simultaneamente, são estabelecidas catego-

rizações pela Subsecretaria de Educação Básica para definir as deficiências, o que pode resultar em segregação e afetar a dignidade das pessoas. Dessa forma, a concepção de escola inclusiva representa uma iniciativa inovadora e democrática, visando acolher indivíduos de todas as esferas sociais.

O processo de ensino nas instituições educacionais abarca o fomento da participação cívica, que pressupõe o envolvimento ativo dos cidadãos em assuntos pertinentes às suas comunidades, sejam elas familiares, profissionais, sociais ou políticas. Esse engajamento implica em solidariedade entre os integrantes de uma comunidade escolar, de modo a distribuir a responsabilidade pela instrução não apenas entre os professores, mas também entre os estudantes, autoridades, pais e membros civis. Nessa perspectiva, a educação inclusiva implica em uma corresponsabilidade por todos os participantes do processo educativo e no apoio às crianças com exigências educacionais específicas, sem rotulá-las com incapacidades físicas, visuais, auditivas ou similares.

A capacidade de acolher colegas com essas particularidades é um dos propósitos educacionais, visando integrar não somente aqueles com demandas educacionais especiais, mas também aqueles que enfrentam obstáculos para frequentar a escola, transcender a mera tolerância e fomentar uma postura ativa de aceitação e integração em todas as atividades educativas e extracurriculares por parte dos docentes e colegas. Assim, é promovida uma cultura de convivência e apoio recíproco, em oposição a uma mentalidade puramente competitiva.

Num contexto capitalista, influenciado por políticas neoliberais que enaltecem a rivalidade como chave para o êxito e bem-estar, torna-se mais complexo alcançar a idealização de uma escola verdadeiramente equitativa e justa. Contudo, as utopias têm sido forças moldadoras de sociedades ao longo da história, e a convicção de que "a educação contribui para a coesão social ao fomentar a convivência e proporcionar oportunidades de integração na vida produtiva, desenvolvimento cultural e participação nas instituições sociais" constitui o alicerce para erigir uma utopia capaz de catalisar uma mudança profunda na sociedade em termos de valores e posturas em relação às pessoas com exigências educacionais específicas.

Uma abordagem educacional inclusiva reflete, portanto, os fundamentos de uma sociedade democrática, equitativa e acolhedora. A transformação política em direção a uma democracia global deve infiltrar-se na esfera educativa - tanto de forma coletiva quanto individual - para propiciar uma sociedade mais colaborativa e solidária. Essa abordagem educacional não recebeu o devido destaque de especialistas do passado, que negligenciaram temas relacionados à educação especial, políticas de integração ou educação inclusiva.

A inclusão no campo educacional requer não apenas uma visão nacional, mas também internacional, como propósito político para os países membros das Nações Unidas. Assim, é imperativo reconhecer que, para a UNESCO (1990):

Inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas de ensino para responder à diversidade dos alunos. É imprescindível a efetivação do direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com especial destaque para aqueles que por motivos diversos são excluídos ou em risco de serem marginalizados.

A estratégia educacional voltada para crianças com necessidades educativas especiais em todas as regiões não seguiu uma linha uniforme ao longo do tempo: inicialmente, partiu de uma abordagem segregacionista e separatista que sugeria a criação de espaços específicos para crianças com determinadas carências, evoluindo para a ideia de uma escola inclusiva, sem abordar adequadamente o conceito de integração escolar, como poderia ser efetivada e que adaptações curriculares seriam requeridas para atingi-la, além de que tipo de orientação seria necessária para os educadores em formação e em exercício; não se considerou também a disponibilização de assistentes para apoiar o ensino em sala de aula ao lidar com alunos com essas especificidades.

No momento atual, as transformações democráticas devem permear o ambiente es-

colar, visando moldar os futuros cidadãos sob uma perspectiva de sociedade renovada. A democracia no campo educacional começa com a inclusão na escola, assegurando que nenhum indivíduo seja excluído e que todos - crianças, adolescentes, adultos, homens e mulheres, com ou sem incapacidades - tenham suas necessidades educacionais essenciais atendidas.

[...] Uma das diferenças fundamentais entre os cientistas naturalistas e os socialistas está na maneira como encaram as diferenças na constituição biológica das pessoas. Quando vista como uma barreira socialmente intransponível, a disfunção biológica resulta na exclusão das pessoas de atividades que sua condição dificulta. A exclusão é justificada, inicialmente, com a espera de avanços científicos que possam corrigir biologicamente a anomalia. Porém, enquanto essa correção não ocorre, as barreiras aumentam, uma vez que a exclusão em si cria outras barreiras ao desenvolvimento intelectual, num ciclo contínuo. Assim, a deficiência é gerada. (TUNES, 2003, p. 9)

Essa concepção vai além da simples expansão dos serviços educativos, levando em conta os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais dos alunos, com o intuito de promover a aquisição de competências que facilitem a aprendizagem, aprimorem a qualidade de vida e impulsionem o desenvolvimento econômico, social e cultural, resultando em uma melhoria das aptidões profissionais e da qualidade de vida.
Não se resume apenas à aquisição das competências básicas de leitura, escrita, comunicação oral, cálculo e resolução de problemas como objetivos finais da educação, mas sim em utilizá-las como bases para um progresso humano mais substancial, por meio de conteúdos essenciais, conhecimentos teóricos, valores práticos e atitudes necessárias para a sobrevivência, pleno desenvolvimento das capacidades, vida digna, participação ativa no progresso, melhoria da qualidade de vida, tomada de decisões informadas e aprendizagem contínua.
Uma democracia educacional concebida dessa maneira seria insuficiente para abranger uma variedade de cidadãos frequentemente marginalizados do sistema educativo, incluindo aqueles com deficiências de qualquer natureza - alguns mais afetados que outros, porém segregados ou, pior ainda, alvo de discriminação por parte da sociedade, escola e cidadãos.
Assim, a democracia sem uma reforma escolar é incompleta; e esta, sem mudanças sociais, é uma utopia vazia. A política educacional no Brasil tem sido caracterizada por sua inconsistência em relação a esse segmento da população. Desde a total desconsideração da educação especial até a abordagem da escola integrada e a proposta moderada de uma escola inclusiva.
A incapacidade de enxergar é categorizada em dois conjuntos de circunstâncias diferentes: a cegueira e a visão limitada. A cegueira refere-se à completa alteração de uma ou mais funções primordiais da visão, prejudicando de forma irreversível a habilidade de distinguir cor, dimensão, distância, configuração, localização ou movimento dentro de um campo visual variável.
BAIXA VISÃO
Caracteriza-se por uma limitação visual que, mesmo com correções convencionais (como lentes ou óculos), dificulta o planejamento e execução de tarefas visuais, mas pode ser melhorada com o uso de dispositivos ópticos e não ópticos, além de adaptações no ambiente, dispositivos ou técnicas. Algumas ajudas incluem lupas, contrastes de cores, binóculos, ampliadores de tela e livros com fontes maiores. Em alguns casos, a baixa visão pode progredir para cegueira. Essa condição não impacta a capacidade intelectual da pessoa. Usuários de óculos comuns podem não se enquadrar nessa categoria.
CEGUEIRA
Refere-se à ausência total ou parcial da visão. Geralmente é uma condição permanente e não afeta as habilidades intelectuais da pessoa.
Nesses cenários, questões psicológicas desempenham um papel crucial no aprendizado de indivíduos com essas limitações. O respeito mútuo entre colegas e professores é fundamental para promover confiança e um ambiente acolhedor e inclusivo, em vez de apenas tolerância. A colaboração e o apoio mútuo são essenciais nessas situações. Além disso, essas áreas contam com

amplo suporte da sociedade e da tecnologia moderna, incluindo livros em braille, computadores adaptados, telefones especiais e gravadores. O aspecto emocional, tanto em casa quanto na escola, é fundamental.
Na maioria dos casos, as instituições educacionais devem ser capazes de acolher crianças com necessidades especiais, exceto em situações extremas. No entanto, é importante manter um equilíbrio adequado entre alunos com necessidades educacionais especiais e aqueles considerados "normais", para não sobrecarregar os professores e garantir que recebam a atenção necessária e um currículo adaptado às suas necessidades. Em alguns países, como na França, escolas auxiliares são disponibilizadas para apoiar os educadores que lidam com alunos nessas condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial desempenha um papel vital na jornada de inclusão e desenvolvimento de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). É através de práticas personalizadas, da colaboração entre escola, família e profissionais, e do estímulo à diversidade e aceitação que podemos construir um ambiente educacional e social mais inclusivo e acolhedor.
Ao reconhecer e valorizar as diferenças de cada indivíduo com TEA, abrimos portas para um aprendizado significativo e para a construção de relações mais empáticas e respeitosas. A busca por estratégias educacionais que atendam às necessidades específicas de cada aluno no espectro autista é um compromisso que, quando realizado com dedicação e sensibilidade, pode gerar impactos positivos e duradouros em suas vidas.
A inclusão de pessoas com TEA não é apenas uma questão de acesso à educação, mas também um imperativo moral e social. Através de uma abordagem inclusiva e do reconhecimento da diversidade como um valor enriquecedor, podemos promover uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora para todos os seus membros.
Portanto, é fundamental que a Educação Especial continue a evoluir, adaptando-se às necessidades em constante mudança dos alunos com TEA, e que a conscientização e a sensibilização em relação a essa condição sejam ampliadas. Somente assim poderemos construir um futuro onde a diversidade seja celebrada e onde cada indivíduo tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, independentemente de suas diferenças.
A discussão em torno da inclusão na educação é complexa e emotiva, com defensores enfatizando a importância de valorizar todas as crianças, independentemente de suas diferenças, e promover um ambiente onde todos se sintam pertencentes e incluídos. A abordagem inclusiva busca ensinar valores cruciais aos alunos e defender a educação de todos os estudantes.
Os pais desejam que seus filhos com deficiência participem plenamente das interações sociais típicas da infância, incluindo amizades, atividades recreativas e o desenvolvimento de relacionamentos significativos. Esses aspectos emocionais intensos tornam desafiador questionar a prática da inclusão sem enfrentar críticas sobre valores de tolerância e diversidade.
Aqueles que questionam a eficácia da inclusão muitas vezes não contestam os valores subjacentes, mas sim a capacidade prática de implementação. A educação especial existe porque algumas crianças não se beneficiam dos métodos tradicionais de ensino ou de currículos padronizados. Para esses casos, é crucial oferecer instrução individualizada adaptada aos seus estilos de aprendizagem específicos. Professores especializados em educação especial recebem treinamento profissional para atender a essas necessidades únicas de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (2003). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora.

APPDA (1993). Autismo: Integrar. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional e Secretariado Nacional de Reabilitação, 2, pp.14 – 15.

BELISÁRIO, J. F. Filho; CUNHA, Patrícia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação,

2010.

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 23 de julho de 2022.

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

ONU, "Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

ORRÚ, Silva Ester. “Trajetórias, avanços e desafios na concepção e educação de educando com autismo”. In: ORRÚ, Silva (ORG). Estudantes com necessidades especiais: Singulares e desafios na prática pedagógica inclusiva. Rio de janeiro: Wak Editora, 2012.

RIVIÈRE, A. Definição, etiologia, educação, papel psicopedagógico da família no autismo. Curso de desenvolvimento normal e autismo. Santa Cruz de Tenerife. 1997.

_____. Tratamento do autismo como um transtorno do desenvolvimento: princípios gerais. In A. Rivière e J. Martos (ed.) O tratamento do autismo. Novas perspectivas (23-59). Madri: Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais. 1997.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoliet.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Critica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfaction of Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.

_____. Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, 1994.